



## **A IDENTIDADE DOS ALUNOS DE LICENCIATURA DO IFES: IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO**

FÁVERO, Rutinelli da Penha<sup>1</sup> – Ifes

SILVA, Bárbara Doroti<sup>2</sup> – Ifes

MOREIRA, Nicholas Contijo<sup>3</sup> – Ifes

Grupo de Trabalho - Formação de Professores e Profissionalização Docente  
Agência Financiadora: CNPq

### **Resumo**

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), assim como outros Institutos no país, a partir de 2008 com a Lei nº 11.892 passaram a ter entre suas obrigações a atuação na formação docente, abrindo um leque de desafios para essas instituições e um novo local de formação docente que carece de contínua pesquisa para compreensão da proposta e dos resultados da formação desses docentes. A partir do exposto, o presente trabalho tem como principal objetivo apresentar o processo de pesquisa que visa colaborar para a compreensão acerca do que pensam os alunos das licenciaturas do Ifes. Trata-se de uma investigação que envolve os alunos de, a princípio, duas licenciaturas do Instituto Federal do Espírito Santo. Temos investigado, entre outras questões, a visão do aluno em relação à licenciatura, em relação à sua escolha do curso e às diversas questões relacionadas com a formação inicial do docente. Acreditamos que essas questões impactam tanto na qualidade da formação do futuro docente, quanto na própria atuação do futuro docente e na continuação, ou não, desse professor na sua profissão. A pesquisa tem sido realizada por meio de questionários estruturados, que estão sendo aplicados junto aos alunos do primeiro período da Licenciatura em Química do Ifes campus Vila Velha e Licenciatura em Matemática do campus Vitória. No curso de Licenciatura em Química já recebemos 15 questionários respondidos. Os resultados ainda são iniciais, mas, podemos sinalizar que apenas 05 (cinco) responderam ter escolhido o curso por quererem ser professor. Percebemos que a caracterização do perfil dos alunos envolve também as questões que levaram esse aluno a optar pela licenciatura e o desejo de ser ou não docente ao terminar sua graduação.

---

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Professora do Instituto Federal do Espírito Santo. Realiza estudos educação, tecnologia e identidade dos alunos de licenciatura. E-mail: rutinelli@ifes.edu.br.

<sup>2</sup>Graduanda em Química (licenciatura) no Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vila Velha. E-mail: barbaradoroti.s@gmail.com.

<sup>3</sup>Graduando em Química (licenciatura) no Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vila Velha. E-mail: nicholascm@gmail.com.

**Palavras-chave:** Identidade. Formação Docente. Perfil do discente. Cursos de Licenciatura. Institutos Federais

## Introdução

Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, que Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e criou os Institutos Federais, novos objetivos foram definidos, entre eles, a obrigação de ministrar, em nível de educação superior, a formação docente. Obrigação essa, claramente visualizada como uma resposta do governo à falta de professores formados em algumas disciplinas como podemos ver na tabela retirada do site do censo realizado pelo MEC em 2007:

Disciplina	Professores <sup>(1)</sup> por disciplina <sup>(2)</sup>		
	Total	Com licenciatura	Sem licenciatura
	Número	Número	Número
Química	38.871	35.183	3.688
Física	44.566	40.804	3.762
Matemática	67.447	62.866	4.581
Biologia	43.480	40.560	2.920
Ciências	193	184	9
Língua/Literatura Portuguesa	78.628	74.919	3.709
Língua/Literatura Estrangeira: Inglês	45.014	42.433	2.581
Língua/Literatura Estrangeira: Espanhol	5.998	5.449	549
Língua/Literatura Estrangeira: Outra	735	700	35
Artes/Educação Artística	33.417	31.123	2.294
Educação Física	33.582	31.619	1.963
História	48.893	46.609	2.284
Geografia	45.536	43.275	2.261
Filosofia	27.085	25.175	1.910
Estudos Sociais/Sociologia	19.776	18.408	1.368

Fonte: MEC/Inep/Deed  
<sup>(1)</sup> O mesmo professor pode possuir mais de uma formação (até três).  
<sup>(2)</sup> O mesmo professor pode lecionar em mais de uma disciplina.

Figura 1 – Referente ao quantitativo de professores do Ensino Médio sem licenciatura  
 Fonte: BRASIL, Ministério da Educação (MEC).

Nesta tabela percebe-se um expressivo número de não licenciados nas disciplinas da área de ciências da terra (Química, Biologia, Física, Ciências) e Matemática, sendo estas as contempladas pela lei Lei nº 11.892/2008 no Art. 7º Inciso VI alínea b, que se segue: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;” (Brasil 2008).

Sendo uma nova obrigação, os Institutos Federais agora possuem entre os seus alunos, os licenciandos em 2006, antes da obrigação legal, o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), abriu sua primeira turma de Licenciatura, o curso de Licenciatura em Química, e ao longo desses anos, temos observado que ainda está se construindo uma identidade nas/das Licenciaturas do Ifes.

Nosso interesse pela temática teve início em um trabalho construído pelos alunos do quarto período do curso citado acima, na disciplina de Didática Geral, em 2011, e foi realizada com os alunos ingressados no ano de 2011, com o propósito de conhecer a visão desses alunos acerca do curso.

No decorrer da realização dos objetivos próprios da disciplina de Didática e com o amadurecimento da proposta, a pesquisa tomou corpo visando agora o conhecimento dos olhares e das percepções dos alunos das diversas Licenciaturas do IFES quanto a sua própria formação, as características encontradas no ano inicial do curso em relação à sua identidade como futuro docente, as perspectivas em relação ao curso, se faltam propostas para maiores articulações das informações importantes e para a construção de conhecimento para o curso, e quais as opiniões compartilhadas sobre o ser docente.

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo e humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva, nos alunos, conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem, permanentemente, irem construindo seus saberes-fazeres docentes, a partir das necessidades desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática, necessários à compreensão do ensino como realidade social e, que desenvolva neles, a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, um processo contínuo de construção de suas identidades como professores. (PIMENTA, 1997, p. 06, grifo nosso)

Temos proposto uma construção coletiva das identidades dos discentes futuros docentes, partindo das relações sociais, que resulte em constantes reflexões e novos conhecimentos e com essa visão em mente definirmos os objetivos dessa pesquisa como:

Descrever a visão dos alunos quanto às suas escolhas profissionais pelo curso de licenciatura;

- a) refletir sobre como os alunos veem suas próprias formações, e as características encontradas no ano inicial do curso quanto à identidade do aluno como futuro docente;
- b) analisar as perspectivas dos alunos em relação ao curso escolhido;
- c) entender se a falta dessas informações ou as opiniões interferem na formação do futuro docente e agir no sentido de provocar mudanças na dinâmica da identidade do próprio curso.

Neste artigo, iremos falar um pouco sobre o primeiro objetivo desta pesquisa maior, ou seja, descrever a visão do aluno quanto à sua escolha pelo curso de licenciatura. E dialogamos com Gatti (2010, p. 1361): “[...] É importante considerar as características dos licenciandos, uma vez que estas têm peso sobre as aprendizagens e seus desdobramentos na atuação profissional. Quem são os alunos das licenciaturas? Quais expectativas têm, qual sua bagagem?”. Para responder a essas questões, perguntamos aos próprios alunos.

Para compreender melhor os pontos declarados acima, também é importante entender a instituição que forma esses docentes. O Instituto Federal do Espírito Santo tem envolvido em sua história, que abrevio aqui, parte da proposta dessa pesquisa. Em 23 de setembro de 1909, o governo Nilo Peçanha oficializou a criação da Escola de Aprendizes Artífices - instituição precursora do ensino técnico no Espírito Santo e que depois de muitas transformações daria origem ao Instituto Federal do Espírito Santo. (IFES, 2009, p.76)

O trabalho manual, naquela época e, de certa forma, ainda hoje, era visto pelos resquícios da colonização de nosso país e da específica forma em que foi colônia (de exploração e com trabalho escravo) como um trabalho menor, de menos importância que o trabalho intelectualizado, sendo essa realidade expressa na história da legislação educacional e da sociedade brasileira (KUENZER, 2002).

Mesmo com a educação profissional tendo sido definida pela Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 em 1961 como equivalente às demais modalidades de ensino, a dicotomia que diferencia uma educação “para o trabalho” e uma educação “para continuar os estudos” não foi superada aí. Restos dessa ideologia ainda hoje podem ser encontrados na forma como é tratada, por vezes, a educação profissional, mesmo nas instituições que historicamente oferecem essa modalidade.

Em continua alteração de Escola de Aprendizes e Artífices para Escola Técnica de Vitória e, depois, federalizada em setembro de 1965 com o nome Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES). Muitas pessoas que trabalham comigo ainda lembram-se da ETFES

dessa época e, na Grande Vitória, as pessoas a ela se referem hoje como ‘a escola técnica’. Pode-se dizer que foi (e às vezes, ainda é) a face social dessa instituição: ensino técnico de grau médio, modelo empresarial de administração e de grande influência no mercado empresarial no Espírito Santo (ES), que ficou assim por 34 anos.

A denominação Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES) só se deu a partir de 13 de março de 1999, sob as implicações do Decreto 2.208, de 1997, com a implantação de cursos em nível técnico pós-médios e do ensino médio regular.

Foi uma época de muitas contradições para o CEFETES. Por um lado, o texto legal que visava a estruturar uma educação para o trabalho com princípios humanos; por outro, a política neoliberal de estado mínimo que traz forte apelo descentralizador e revitalização do conceito de capital humano na empregabilidade como responsabilidade única do indivíduo (GENTILI, 1998).

Uma das coisas mais impactantes para os que trabalhavam e estudavam na escola naquela época foi a separação dos cursos que tinham um currículo integrado - 2º grau e ensino técnico – para ensino médio sem formação profissional e ensino técnico pós médio. Essa mudança gerou uma série de sentimentos e novas questões para a instituição e para as pessoas que a integravam. Isso, por vezes, foi percebido pelas pessoas na instituição como proveniente pelo grande número de alunos de classes sociais mais favorecidas que procuravam a escola pelo excelente ensino médio que era oferecido e que possibilitava o acesso às universidades públicas em cursos de grande concorrência. Estes alunos, em sua maioria, não tinham interesse na educação profissional, que era efetivamente disposta apenas nos cursos pós-médios que a instituição oferecia. Com isso, novas formas de dualidade foram estruturadas, já que o público para esses cursos voltava a se dividir, de maneira muito generalizada, entre os que fariam e os que pensariam.

Com a publicação do Decreto nº 5154 de 2004, que revogou o Decreto nº 2.208 de 1997, e do Decreto nº 5.478, de 2005, e o Decreto nº 5.840, de 2006, o ensino integrado - Ensino Médio e Ensino Técnico - em curso único volta a ser oferecido sob novos moldes: os alunos adolescentes e os jovens e adultos trabalhadores voltaram a ser um público crescente dentro dessa instituição.

Ainda em 2004, por força do Decreto nº 5.224, e do Decreto nº 5.225, o então Cefetes torna-se uma instituição habilitada para oferta de cursos de ensino superior de graduação e de

pós-graduação na área tecnológica. Com a possibilidade de oferta de cursos de graduação, o Cefetes Vitória, então unidade sede, autoriza em 2005, para abertura no primeiro semestre de 2006, o primeiro curso de Licenciatura de sua história: o curso de Licenciatura em Química.

Com a publicação da Lei N 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, um momento específico começa a se estruturar nessas instituições peculiares que possuem características próprias, normas próprias e rede própria. Os agora Institutos Federais possuem mais autonomia e novas obrigações definidas por lei, entre seus objetivos, nessa Lei está no Art. 7º sua obrigação em:

VI - ministrar em nível de educação superior:

[...] b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Ainda fazendo menção à mesma legislação, no Art. 8º, fica garantido o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para o atendimento da formação docente que citamos acima. A formação docente no Ifes, que são movimentos instituintes de professores, alunos, trabalhadores em educação, de terem em suas ações a tentativa de fazer diferente, novas maneiras de estar no mundo e na formação em educação. Assim, talvez possamos usar da mesma metáfora que escreve Linhares (ainda que em outro contexto) a de que:

“[...] vamos encontrando com instituições escolares que vão tentando se construir como comunidades educacionais, enfrentando os desafios que lhe perpassam, empenhando-se por conciliar permanentemente as duas asas de um grande avião, como uma metáfora do trabalho escolar, que precisam tanto decolar em seus sonhos e desejos com que asseguram a vitalidade do futuro, como aterrissar em nossa paisagem política e existencial de educadores, estudantes, familiares e cidadãos. (LINHARES, 2006b, p 08)

De maneira muito geral, podemos dizer que as pesquisas quanto à formação de professores no Brasil preocupam-se hoje com questões tais como: os saberes profissionais desses docentes; a profissionalização; a formação crítica-reflexiva e, de notável importância para a compreensão das identidades dos alunos dos cursos de licenciatura do Ifes: a necessidade da formação e do desenvolvimento profissional do docente que, não preceda da técnica, mas que amplie as antigas formas de ensinar e que contribua para uma visão mais humanizada, diferente da constante racionalização moderna de formação tradicional. Tais pesquisas, embasadas em alguns teóricos tais como: ALARCÃO (1996, 1998, 2003),

LIBÂNEO (2002), LINHARES (2004, 2006a), e PIMENTA (2002), servem para ampliar a compreensão de nossas questões de pesquisa.

### *Metodologia*

A pesquisa proposta é de cunho qualitativo, posto que a natureza das questões necessita de uma análise que pode utilizar dados estatísticos, porém, irá para além disso, (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). Leva-nos a proposta geral de um método de pesquisa que considera o homem como um ser subjetivo, ainda que histórico e social, não determinado unicamente por sua posição datada, nem marcado somente por sua situação social e biológica.

Serão utilizados, de acordo com os objetivos, procedimentos de coleta de dados documental: dados dos cursos de licenciatura, dados dos processos de seleção, normas institucionais, dados de rendimento escolar etc.; coleta de dados bibliográficos: análise de pesquisas realizadas na área de formação docentes nas instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica; e coletas de dados com levantamento: informações levantadas junto ao grupo de interesse, com técnicas de questionário com questões fechadas e abertas e, após análise desses dados, técnica de entrevista (MARCONI & LAKATOS, 2001); (SANTOS, 1999) e (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

A abordagem proposta compreende que a própria descrição e explicação do fenômeno estão interligadas a eventos individuais e coletivos, integrando esses aspectos (FREITAS, 2002) e relacionando as concepções sociais e históricas.

Compreendemos, também, que todos os envolvidos fazem parte intrinsecamente dessa proposta de pesquisa e por isso, ao longo do processo minha compreensão do fenômeno irá se construir “a partir do lugar histórico-cultural no qual se situa e depende das relações intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa.” (FREITAS, 2007).

Dessa forma o olhar volta-se muito constantemente para as novas significações que o processo de pesquisa tem permitido produzirmos em nós mesmos e na instituição em que estaremos. De acordo com o processo de pesquisa as modificações necessárias poderão ser feitas para que permaneça real a produção de um conhecimento significativo.

Como etapas dessa parte da pesquisa temos as já realizadas, as ações em andamento e as planejadas. Entre as já realizadas

- d) Estudo da estrutura das Licenciaturas do Ifes;
- e) Produção do questionário;
- f) Aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- g) Aplicação de questionário fechado para os alunos ingressantes das licenciaturas;

Em andamento:

- a) Estudo do referencial teórico próprio referenciado acima;
- b) Análise de pesquisas realizadas na área de formação docentes nas instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- c) Análise das respostas dos questionários;

E as etapas planejadas:

- a) Produção das questões para entrevistas e definição da técnica a ser aplicada;
- b) Realização das entrevistas;
- c) Análise dos dados;
- d) Escrita inicial do relatório de pesquisa;
- e) Retorno aos participantes quanto à análise das respostas e aos resultados da pesquisa;

Algumas questões do questionário aplicado: Por que escolheu o curso que está cursando? Por que você escolheu o Ifes como local para estudar? Qual(is) componente(s) curricular(es) do seu curso você tem achado mais fácil e por quê? Qual(is) componente(s) curricular(es) você tem acha mais difícil e por quê? Tem alguma experiência em docência ou em outra área Qual? Entre outras relacionadas à docência e ao curso.

### **Alguns Possíveis Resultados**

No curso de Licenciatura em Química aplicou-se o questionário a 25 alunos, destes 15 já responderam ao questionário. Quanto a escolha do curso apenas 05 (cinco) responderam ter escolhido o curso por querer ser professor, 06 (seis) por ter afinidade com a matéria e 02(dois) responderem ter pretensão de melhorar seus conhecimentos para passar em outros cursos, como podemos visualizar no gráfico abaixo:

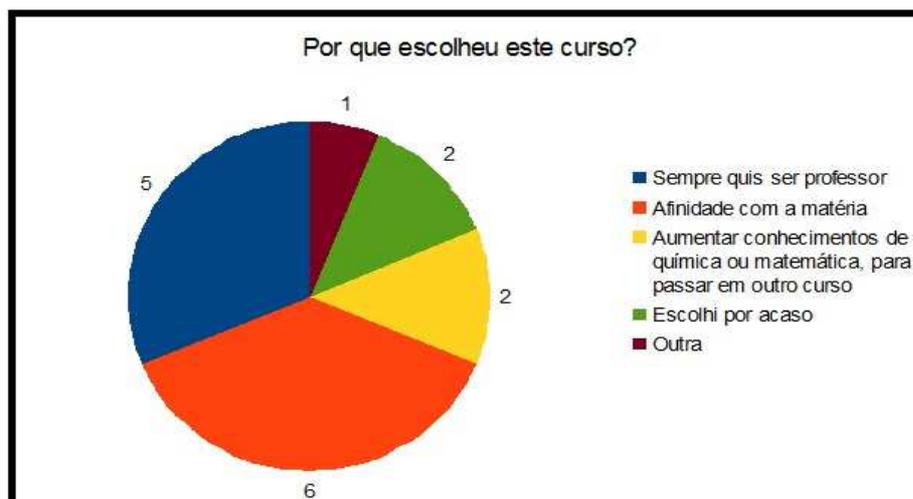


Figura 1 - Resposta dos alunos quanto a escolha do curso  
 Fonte: Organizado pelos autores, com base nos resultados do questionário.

Listamos aqui os dados, levantados até agora, mais expressivos. Quanto às características gerais dos licenciandos, vê-se uma turma relativamente homogênea em relação às questões sócio-econômicas, entretanto, como podemos ver, com grandes divergências de interesses quanto ao objetivo do curso, que é o de formar professores.

A cada ano são disponibilizadas 40 vagas para a licenciatura de Química e também para a de Matemática, sendo essas geralmente preenchidas nas primeiras semanas, entretanto a maior parte desses discentes não pretende atuar em uma carreira profissional como docente. Contudo, uma parcela significativa desses alunos anseia por se tornar um professor, pois um trabalho realizado com qualidade por um professor pode despertar no aluno o interesse em lecionar. Alguns buscam realização profissional, uma vez que esses educandos tem conhecimento sobre o número de vagas que é ofertado para o mercado de trabalho para os profissionais que vão e são da área de educação.

Para alguns dos educandos o curso de licenciatura tem a função de aumentar os conhecimentos de Química ou Matemática para passar em outro curso que julgam ter um maior grau de dificuldade nos processos seletivos.

### Considerações Finais

Essa pesquisa tem abordado as características básicas dos alunos de licenciatura e as suas perspectivas pela escolha do curso, verificamos, até o momento, uma turma homogênea

em termos de procedência escolar do ensino médio e com alunos de ambos os gêneros, o que pode demonstrar uma democratização do sistema de seleção.

Também se observou, inicialmente, que menos da metade dos alunos escolheu o curso por querer seguir a docência, os outros tiveram critérios como afinidade com a matéria, aquisição de conhecimentos para tentar outros vestibulares, e até escolheram por acaso, logo a motivação pela prática docente se mostra fragilizada neste ano inicial e isso pode ser um dos motivos de evasão.

## REFERÊNCIAS

ALARCAO, Isabel(org.) Formação reflexiva de professores: Estratégias de supervisão. Porto, Porto editora, 1996.

\_\_\_\_\_. Formação continuada como instrumento de profissionalização Docente. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Caminhos da profissionalização do magistério** (org.). Campinas, SP, Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo, Cortez, 2003.

BRASIL, **Lei Nº 4.024, De 20 De Dezembro De 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4024.htm>>. Acesso em 15 maio 2013.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, De 17 De Abril De 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em 07 maio 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. 07 maio 2013

BRASIL. **Decreto Nº 5.224 De 1º De Outubro De 2004**. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm)> Acesso em 07 abri. 2013.

BRASIL. **Decreto Nº 5.225 De 1º De Outubro De 2004**. Altera dispositivos do Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5225.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5225.htm). Acesso em 07 abri. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -PROEJA. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm)> Acesso em 19 maio 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de Julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840\\_13jul06.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf)> Acesso em 13 maio 2013.

BRASIL, **Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, De 29 De Dezembro De 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em 07 abri. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em 20 maio. 2013

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 20-39, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. **A Pesquisa qualitativa de abordagem histórico-cultural fundamentos e estratégias metodológicas.** 30a. Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007. Disponível em [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em 11 maio. 2013.

GATTI, Bernardete A. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 11 maio, 2013.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Editora: Vozes, Petrópolis, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto Pedagógico Institucional.** 2009. Disponível em [http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/ANEXOS\\_PDI.pdf](http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/ANEXOS_PDI.pdf). Acesso em 30 abri 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Conhecimento e Competências no Trabalho e na Escola.** Boletim Técnico do Senac: Rio de Janeiro: v. 28, n. 2, p. 03-11, maio/ago., 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro?. In PIMENTA, Selma Garrido, e GHEDIN, Evandro: **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

LINHARES, Célia Frazão. Trabalhadores sem trabalho e seus professores: um desafio para a formação docente In: ALVES, Nilda (Org). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 8ªed. 2004.

\_\_\_\_\_. et. al. **Formação de professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Políticas de formação de professores e experiências instituintes**; Aleph Formação de Professores. 2006b. <http://www.uff.br/aleph> Acesso: 12 maio 2012.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6.ed.São Paulo: Atlas, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: Saberes da Docência e Identidade do Professor**. Nuances- Vol. III- Setembro de 1997.

PIMENTA, Selma Garrido, e GHEDIN, Evandro (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2. Ed. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.